

HABEAS CORPUS Nº 515.019 - AC (2019/0167092-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ANDRIAS ABDO WOLTER SARKIS
ADVOGADOS : FELIPE ALENCAR DAMASCENO - AC003756
ARMANDO FERNANDES BARBOSA FILHO - AC003686
ANDRIAS ABDO WOLTER SARKIS - AC003858
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : JOSE AUGUSTO GOMES DA CUNHA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOSE AUGUSTO GOMES DA CUNHA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Petição n. 0100022-04.2019.8.01.0000).

Extraí-se dos autos que o Ministério Público estadual denunciou o ora paciente, prefeito municipal da cidade de Capixaba/AC, como incuso no artigo 2º, §§ 3º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/13; artigo 89 da Lei n. 8.666/93; artigo 90 da Lei n. 8.666/93; artigo 299, § único, c/c os artigos 29 e 71, todos do CP (por vinte e cinco vezes); artigo 1º, inciso I, do Decreto-Lei n. 201/67, c/c os artigos 29 e 71, ambos do CP (por vinte e cinco vezes); artigo 333, caput, c/c os artigos 29 e 69, todos do CP (por duas vezes); artigo 1º, caput, (núcleos ocultar e dissimular), c/c o § 4º, última figura (praticado por organização criminosa), ambos da Lei nº 9.613/98, c/c o art. 29, do Código Penal; e artigo 347 c/c parágrafo único c/c os artigos 29 e 71, todos do CP (por três vezes).

Recebida a denúncia pelo Tribunal de origem, foi mantido o afastamento do ora paciente do exercício do cargo de prefeito municipal até o encerramento da instrução penal.

Posteriormente, requereu o *Parquet* estadual a prisão processual bem como a prisão preventiva do ora paciente.

A Corte Estadual deferiu o pedido de desmembramento do processo, mantendo no polo passivo perante o Tribunal de Justiça apenas o prefeito municipal ora paciente, bem como, ante a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, como garantia da ordem pública e econômica e por conveniência da instrução criminal, determinou a prorrogação do afastamento do denunciado, ora paciente, da função de Prefeito do Município de Capixaba/AC, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

No presente *mandamus*, alega a defesa que a manutenção da medida cautelar foi embasada em argumentação genérica, carecendo de fundamentação idônea. Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente. Diz que "*as medidas cautelares de afastamento de acusados que exerçam cargo público são excepcionais, não se podendo utilizá-las de forma subversiva que resulte na deturpação da essência de seu propósito processual*" (fl. 11).

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da medida cautelar diversa da prisão, determinando o retorno do paciente ao mandato de Prefeito do Município de Capixaba/AC.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

